



# Sumário

*Apresentação*, xvii

*Prefácio à 13ª Edição*, xxi

## **Parte I – Introdução ao Direito Civil, 1**

### **1 Introdução ao Direito Civil, 3**

1.1 Tipicidade, 6

### **2 Fontes do Direito, 9**

2.1 Lei, 10

2.1.1 Classificação das Leis, 12

2.2 Costume, 15

2.3 Doutrina, 18

2.4 Jurisprudência, 20

2.5 Analogia, 23

2.6 Princípios Gerais de Direito, 24

2.7 Equidade, 25

### **3 Direito Romano, 29**

3.1 Direito Romano – Compreensão e Importância, 29

3.2 Fases do Direito Romano – sua Divisão, 31

3.2.1 Período Régio, 32

3.2.2 Período da República, 34

3.2.3 Período do Principado, 42

- 3.2.4 Período da monarquia absoluta, 44
- 3.3 Sistema do *ius civile*, 45
- 3.4 Sistema do *ius gentium*, 47
- 3.5 Codificação de Justiniano – Outras Codificações, 48
  - 3.5.1 Código, 51
  - 3.5.2 Digesto, 51
  - 3.5.3 *Institutas*, 54
  - 3.5.4 Novelas, 54
  - 3.5.5 Características e Importância Geral da Compilação de Justiniano, 55
  - 3.5.6 Destino da Codificação de Justiniano, 55
- 3.6 Direito Romano e Moderno Direito Civil Brasileiro, 56

## 4 Direito Civil, 59

- 4.1 Direito Privado em Face do Direito Público, 60
- 4.2 Direito Civil como um Ramo do Direito Privado, 62
- 4.3 Importância do Direito Civil, 64
- 4.4 Objeto do Direito Civil, 66
- 4.5 Fontes do Direito Civil, 67

## 5 Sistemas Jurídicos, 69

- 5.1 Que se Entende por Sistema Jurídico, 69
- 5.2 Por que Estudar os Fundamentos dos Vários Sistemas Jurídicos, 71
- 5.3 Sistemas Jurídicos no Mundo Contemporâneo, 72
  - 5.3.1 Introdução ao Sistema Romano-germânico, 73
  - 5.3.2 *Common Law*, 73
  - 5.3.3 Relações entre o Sistema Romano-germânico e o *Common Law*, 77
  - 5.3.4 Direitos Socialistas, 78
  - 5.3.5 Sistemas Filosóficos e Religiosos – Direito Chinês e Direito Japonês, 80
- 5.4 Sistema Romano-germânico: Características, 82
  - 5.4.1 Universidades, 83
  - 5.4.2 Dos costumes à codificação, 86
  - 5.4.3 Novas tendências, 87

## 6 Codificação, 89

- 6.1 Introdução, 89
  - 6.1.1 Efeitos Positivos e Negativos da Codificação, 91
  - 6.1.2 Novos Rumos da Codificação, 92
- 6.2 Código de Napoleão, 93
- 6.3 Código Alemão (BGB), 95
- 6.4 Outras Codificações do Século XX, 96
- 6.5 Técnicas da Codificação, 97

## 7 Direito Civil Brasileiro, 99

- 7.1 Direito Civil antes do Código, 99

- 7.2 As Várias Tentativas de Codificação, 100
- 7.3 Código Civil Brasileiro de 1916, 102
- 7.4 Tentativas de Reforma Legislativa, 103

## 8 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, 105

- 8.1 A Lei de Introdução, 105
- 8.2 A Lei e sua Obrigatoriedade, 107
- 8.3 *Vacatio legis*. Vigência, 108
- 8.4 Modificação ou Revogação da Lei, 110
- 8.5 Ninguém se escusa de cumprir a Lei, alegando que não a conhece (art. 3º da Lei de Introdução), 112
- 8.6 Aplicação da Lei. Analogia, Costumes, Princípios Gerais de Direito, 114
- 8.7 Os Fins Sociais da Lei e as Exigências do Bem Comum, 116
- 8.8 Ato Jurídico Perfeito, Direito Adquirido e Coisa Julgada, 119

## Parte II – Teoria Geral do Direito Civil, 125

### 9 Sujeitos de Direito (I) – Direito Romano, 127

- 9.1 Pessoa Natural, 127
- 9.2 Homem Sujeito de Direito – *status libertatis*, 129
  - 9.2.1 Escravidão, 130
  - 9.2.2 Condição de Liberto – Patronato, 132
- 9.3 *Status civitatis*, 133
- 9.4 *Status familiae*, 134

### 10 Sujeitos de Direito (II), 137

- 10.1 Pessoa Natural, 137
- 10.2 Começo da Personalidade Natural, 140
  - 10.2.1 Condição do Nascituro, 142
- 10.3 Incapacidades. Absoluta e Relativa. Exclusão do Ausente do Rol de Incapacidades, 144
  - 10.3.1 Menores de 16 Anos, 146
  - 10.3.2 A Deficiência Mental, 147
  - 10.3.3 Incapacidade Transitória, 148
- 10.4 Incapacidade Relativa. Maiores de 16 e Menores de 18 Anos, 149
  - 10.4.1 Pródigos, 150
  - 10.4.2 Ébrios, Toxicômanos, Deficientes Mentais e os Excepcionais sem Desenvolvimento Mental Completo, 151
  - 10.4.3 Surdos-Mudos. Deficientes Visuais. Perspectivas no Atual Código, 152
- 10.5 Proteção aos Incapazes (*leitura adicional*), 153
- 10.6 Silvícolas (*leitura adicional*), 154
- 10.7 Emancipação, 155
- 10.8 Ausência no Atual Código, 160
- 10.9 Fim da Personalidade Natural. A Morte Presumida no Código Civil de 2002, 161

- 10.9.1 Comoriência, 166
- 10.9.2 Momento da Morte, 168
- 10.10 Estado das Pessoas, 168
- 10.11 Atos do Registro Civil, 171
  - 10.11.1 Nascimentos, 174
  - 10.11.2 Óbitos, 175
  - 10.11.3 Emancipação, Interdição e Ausência, 175
  - 10.11.4 Considerações Finais, 176
- 11 Direitos da Personalidade. Nome Civil das Pessoas Naturais, 179**
  - 11.1 Direitos da Personalidade. Noção e Compreensão, 179
    - 11.1.1 Direitos da Personalidade. Características. Enumeração, 180
    - 11.1.2 Tutela dos Direitos da Personalidade, 182
    - 11.1.3 Legitimidade para a Tutela dos Direitos da Personalidade, 183
    - 11.1.4 Proteção da Imagem, Nome, Privacidade e outros Aspectos Afins, 185
    - 11.1.5 Direito ao Próprio Corpo, 190
    - 11.1.6 Pessoa Jurídica e Direitos da Personalidade, 194
  - 11.2 Nome Civil das Pessoas Naturais, 195
    - 11.2.1 Origens Históricas, 196
    - 11.2.2 Natureza Jurídica, 197
    - 11.2.3 Elementos Integrantes do Nome, 198
    - 11.2.4 Nome: Prenome e Sobrenome. Possibilidade de Alteração, 201
      - 11.2.4.1 Alteração do nome da mulher e do marido, 207
      - 11.2.4.2 Redesignação do estado sexual e mudança de prenome, 210
    - 11.2.5 Proteção do Nome, 212
- 12 Domicílio, 215**
  - 12.1 Domicílio no Direito Romano, 216
  - 12.2 Domicílio, Residência e Moradia, 217
  - 12.3 Unidade, Pluralidade, Falta e Mudança de Domicílio, 220
  - 12.4 Importância do Domicílio, 221
  - 12.5 Espécies de Domicílio, 223
    - 12.5.1 Domicílio de Eleição (Foro de Eleição), 226
  - 12.6 Domicílio da Pessoa Jurídica, 229
- 13 Pessoas Jurídicas no Direito Romano, 233**
  - 13.1 Pessoa Jurídica – Introdução, 233
  - 13.2 Pessoa Jurídica no Direito Romano, 234
  - 13.3 Principais Pessoas Jurídicas, 234
  - 13.4 Capacidade das Pessoas Jurídicas no Direito Romano, 235
- 14 Pessoas Jurídicas, 237**
  - 14.1 Introdução, 237
  - 14.2 Denominação, 239

- 14.3 Requisitos para a Constituição da Pessoa Jurídica, 240
  - 14.4 Natureza da Pessoa Jurídica, 241
    - 14.4.1 Doutrinas da Ficção, 242
    - 14.4.2 Doutrinas da Realidade, 243
    - 14.4.3 Doutrinas Negativistas, 244
    - 14.4.4 Doutrina da Instituição, 245
    - 14.4.5 Conclusão, 245
  - 14.5 Capacidade e Representação da Pessoa Jurídica, 247
  - 14.6 Classificação das Pessoas Jurídicas, 249
    - 14.6.1 Pessoas Jurídicas de Direito Privado, 251
    - 14.6.2 Grupos com Personificação Anômala, 253
  - 14.7 Patrimônio como Elemento não Essencial da Pessoa Jurídica, 257
  - 14.8 Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas, 257
    - 14.8.1 Evolução Doutrinária da Responsabilidade Civil da Administração, 263
    - 14.8.2 Art. 15 do Código Civil de 1916. Art. 43 do Código Civil de 2002, 266
    - 14.8.3 Aplicação da Teoria do Risco Administrativo, 267
    - 14.8.4 Responsabilidade por Atos Legislativos e Judiciais, 268
    - 14.8.5 Reparação do Dano: a Ação de Indenização, 269
  - 14.9 Nacionalidade das Pessoas Jurídicas, 270
  - 14.10 Começo da Existência Legal da Pessoa Jurídica, 271
    - 14.10.1 Registro da Pessoa Jurídica, 272
  - 14.11 Sociedades e Associações, 274
    - 14.11.1 Associações, 275
    - 14.11.2 Organizações Religiosas e Partidos Políticos, 285
  - 14.12 Fundações, 286
  - 14.13 Transformações e Extinção da Pessoa Jurídica, 292
  - 14.14 Desconsideração da Pessoa Jurídica, 296
- 15 Bens em Direito Romano, 301**
- 15.1 Introdução, 301
  - 15.2 As Coisas *in patrimonio*, 302
    - 15.2.1 *Res Mancipie* e *Res Nec Mancipi*, 302
    - 15.2.2 Coisas Corpóreas e Coisas Incorpóreas, 302
    - 15.2.3 Móveis e Imóveis, 303
  - 15.3 Coisas *extra patrimonium*, 304
    - 15.3.1 *Res Humani Iuris*, 304
    - 15.3.2 *Res Divini Iuris*, 304
  - 15.4 Divisões Modernas de Bens, 305
  - 15.5 Patrimônio, 306
- 16 Os Bens e sua Classificação, 307**
- 16.1 Bens e Coisas: Objeto do Direito, 307
  - 16.2 Bens Corpóreos e Incorpóreos, 309
  - 16.3 Móveis e Imóveis, 309

- 16.3.1 Regime dos Bens Imóveis, 310
- 16.3.2 Regime dos Bens Móveis, 316
- 16.4 Bens Fungíveis e Infungíveis, 318
- 16.5 Bens Consumíveis e Não Consumíveis, 320
- 16.6 Bens Divisíveis e Indivisíveis, 323
- 16.7 Bens Singulares e Coletivos, 325
- 16.8 Bens Reciprocamente Considerados: Principais e Acessórios. Pertencas, 327
  - 16.8.1 Frutos, Produtos e Rendimentos, 331
  - 16.8.2 Benfeitorias, 332
- 16.9 Bens Públicos e Particulares, 335
- 16.10 Bens que Estão Fora do Comércio, 337
- 17 Fatos, Atos e Negócios Jurídicos, 339**
  - 17.1 Introdução: os Fatos Jurídicos, 339
  - 17.2 Negócio Jurídico, 342
    - 17.2.1 Classificação dos Negócios Jurídicos, 343
  - 17.3 Atos Jurídicos no Direito Romano, 345
- 18 Aquisição, Modificação, Defesa e Extinção dos Direitos, 347**
  - 18.1 Aquisição dos Direitos, 347
    - 18.1.1 Direitos Atuais e Direitos Futuros, 349
    - 18.1.2 Direitos Eventuais, 350
    - 18.1.3 Expectativas de Direito, 350
    - 18.1.4 Direitos Condicionais, 351
    - 18.1.5 Direitos Potestativos, 352
  - 18.2 Modificação dos Direitos, 352
  - 18.3 Defesa dos Direitos, 353
    - 18.3.1 Legítimo Interesse: Condições da Ação, 356
  - 18.4 Extinção dos Direitos, 359
- 19 Fenômeno da Representação no Direito: Conceito e Espécies, 361**
  - 19.1 Conceito, 361
  - 19.2 Evolução Histórica da Representação, 362
  - 19.3 Figura do Núncio, 363
  - 19.4 Representação Legal e Voluntária, 364
  - 19.5 Efeitos da Representação, 367
- 20 Elementos do Negócio Jurídico. Planos de Existência e Validade, 371**
  - 20.1 Elementos, Pressupostos e Requisitos, 371
  - 20.2 Vontade e sua Declaração, 373
    - 20.2.1 Elementos Constitutivos da Declaração de Vontade, 375
    - 20.2.2 Silêncio como Manifestação de Vontade, 376
  - 20.3 Capacidade do Agente, 378
    - 20.3.1 Legitimação, 379
  - 20.4 Forma, 381

- 20.5 Objeto, 382
- 20.6 Causa, 385
- 21 Interpretação dos Negócios Jurídicos, 389**
  - 21.1 Sentido da Interpretação dos Negócios Jurídicos, 389
  - 21.2 Interpretação no Código Civil. A Boa-fé, 391
- 22 Defeitos dos Negócios Jurídicos – O Erro, 397**
  - 22.1 Defeitos dos Negócios Jurídicos, 397
  - 22.2 Erro ou Ignorância, 400
  - 22.3 Escusabilidade do Erro, 402
  - 22.4 Erro Substancial e Erro Acidental, 404
  - 22.5 Erro Consistente Numa Falsa Causa, 407
  - 22.6 Erro de Fato e Erro de Direito, 408
  - 22.7 Art. 141 do Código Civil, 409
  - 22.8 Art. 142 do Código Civil, 410
  - 22.9 Erro de Cálculo, 410
  - 22.10 Aceitação da Manifestação de Vontade Errônea pelo Declaratário, 410
  - 22.11 Erro e Vícios Redibitórios, 411
  - 22.12 Erro sobre o Valor, 411
  - 22.13 Consequências da Anulação do Negócio por Erro – Interesse Negativo, 412
- 23 Dolo, 415**
  - 23.1 Conceito, 415
  - 23.2 Erro e Dolo, 417
  - 23.3 Dolo e Fraude, 418
  - 23.4 Requisitos do Dolo, 418
    - 23.4.1 Dolo Essencial e Dolo Acidental, 419
    - 23.4.2 *Dolus Bonus* e *Dolus Malus*, 420
  - 23.5 Dolo Positivo e Dolo Negativo, 421
  - 23.6 Dolo de Terceiro: Diferença de Tratamento da Coação Praticada por Terceiro no Código de 1916, 423
  - 23.7 Dolo do Representante, 425
  - 23.8 Dolo de Ambas as Partes, 427
- 24 Coação e Estado de Perigo, 429**
  - 24.1 Conceito, 429
  - 24.2 Requisitos da Coação, 431
    - 24.2.1 Essencialidade da Coação, 432
    - 24.2.2 Intenção de Coagir, 433
    - 24.2.3 Gravidade do Mal Cominado, 433
    - 24.2.4 Injustiça ou Ilícitude da Cominação, 434
    - 24.2.5 Dano Atual ou Iminente, 435
    - 24.2.6 Justo Receio de Prejuízo Igual, pelo menos, ao Decorrente do Dano Extorquido. A Posição do Atual Código, 436

- 24.2.7 Ameaça de Prejuízo à Pessoa ou Bens da Vítima, ou Pessoas de sua Família, 437
- 24.3 O Temor Reverencial, 438
- 24.4 Coação por Parte de Terceiros, 439
- 24.5 Estado de Necessidade ou Estado de Perigo. Situações Afins, 440
- 25 Lesão, 445**
  - 25.1 Introdução, 445
  - 25.2 Noção Histórica, 446
  - 25.3 Conceito e Requisitos, 447
  - 25.4 Lesão e Lei de Proteção à Economia Popular. Código de Defesa do Consumidor, 452
  - 25.5 Procedimento Judicial, 453
  - 25.6 Renúncia Antecipada à Alegação de Lesão, 454
  - 25.7 Prazo Prescricional, 454
- 26 Fraude Contra Credores, 457**
  - 26.1 Introdução, 457
  - 26.2 Noção Histórica, 458
  - 26.3 Fraude em Geral, 459
  - 26.4 Fraude Contra Credores, 460
    - 26.4.1 Requisitos, 462
    - 26.4.2 Ação Pauliana, 468
  - 26.5 Casos Particulares Estatuídos na Lei, 470
    - 26.5.1 Outros Casos Particulares de Fraude Contra Credores, 473
  - 26.6 Fraude de Execução, 474
  - 26.7 Ação Revocatória Falencial, 477
  - 26.8 Conclusão, 478
- 27 Elementos Acidentais dos Negócios Jurídicos: Condição, Termo e Encargo, 479**
  - 27.1 Introdução – Elementos Acidentais do Negócio Jurídico, 479
  - 27.2 Condição, 480
    - 27.2.1 Condições Lícitas e Ilícitas, 482
    - 27.2.2 Condição Perplexa e Potestativa, 483
    - 27.2.3 Condição Impossível no Código de 1916, 485
      - 27.2.3.1 Condições que invalidam o negócio jurídico no atual Código, 487
    - 27.2.4 Condição Resolutiva e Condição Suspensiva, 488
    - 27.2.5 Implemento ou Não Implemento das Condições por Malícia do Interessado. Frustração da Condição, 492
    - 27.2.6 Retroatividade da Condição, 494
    - 27.2.7 Condição e Pressuposição, 495
  - 27.3 Termo, 496
    - 27.3.1 O Prazo, 498
  - 27.4 Encargo, 500



- 28 Invalidade dos Negócios Jurídicos, 505**
  - 28.1 Introdução ao Estudo das Nulidades do Negócio Jurídico, 505
  - 28.2 Nulidade, 506
    - 28.2.1 Conversão do Negócio Jurídico, 516
  - 28.3 Anulabilidade, 518
    - 28.3.1 Ratificação ou Confirmação dos Negócios Anuláveis, 521
  - 28.4 Distinção entre Negócios Nulos e Negócios Anuláveis, 523
  - 28.5 Problemática da Inexistência dos Negócios Jurídicos, 524
- 29 Simulação, 527**
  - 29.1 Conceito, 527
  - 29.2 Requisitos, 529
  - 29.3 Espécies de Simulação, 532
  - 29.4 Simulação Absoluta e Simulação Relativa, 534
  - 29.5 Simulação Maliciosa e Simulação Inocente, 536
  - 29.6 Síntese da Simulação no Direito Atual, 538
  - 29.7 Simulação e Defeitos Afins. Reserva Mental. Reserva Mental no Código de 2002, 539
  - 29.8 Ação de Simulação, 543
  - 29.9 Prova da Simulação, 546
- 30 Atos Ilícitos. Introdução. Abuso de Direito, 549**
  - 30.1 Responsabilidade Civil, Responsabilidade Contratual e Extracontratual, 549
  - 30.2 Elementos da Responsabilidade Extracontratual (Extranegocial) ou Aquiliana, 554
  - 30.3 Exclusão ou Diminuição da Responsabilidade, 559
  - 30.4 Abuso de Direito, 563
    - 30.4.1 Conceito de Abuso de Direito, 564
    - 30.4.2 Alguns Exemplos Significativos de Abuso de Direito, 565
    - 30.4.3 Aplicação da Teoria do Abuso em Nosso Direito, 567
    - 30.4.4 Abuso de Direito no Atual Código Civil, 569
- 31 Prescrição e Decadência, 571**
  - 31.1 Influência do Tempo nas Relações Jurídicas, 571
  - 31.2 Prescrição Extintiva e Prescrição Aquisitiva, 572
  - 31.3 Síntese Histórica da Prescrição, 574
  - 31.4 Conceito e Requisitos da Prescrição, 574
    - 31.4.1 Ações Imprescritíveis, 576
    - 31.4.2 Prescrição e Decadência, 578
    - 31.4.3 Disposições Legais sobre a Prescrição, 582
    - 31.4.4 Impedimento, Suspensão e Interrupção da Prescrição, 587
  - 31.5 Prazos de Prescrição no Código de 1916 (Leitura Complementar), 598
  - 31.6 Prescrição e Decadência no Código Civil de 2002. A Nova Decadência, 599
- 32 Forma e Prova dos Negócios Jurídicos, 605**
  - 32.1 Conceito, Valor e Função da Forma, 605

- 32.1.1 Escritura Pública e Instrumento Particular, 610
- 32.2 Prova dos Negócios Jurídicos, 612
  - 32.2.1 Meios de Prova, 614
  - 32.2.2 Confissão, 614
  - 32.2.3 Atos Processados em Juízo, 616
  - 32.2.4 Documentos Públicos ou Particulares, 617
  - 32.2.5 A Prova Testemunhal, 620
  - 32.2.6 Presunções e Indícios, 624
  - 32.2.7 A Perícia. A Inspeção Judicial, 626

*Bibliografia*, 631

*Índice remissivo*, 637